



Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
531	28/03/2020	Nº: ENT.:997 PROC. 01.02.01 (BE)	25/03/2020 28/03/2020

Assunto: Pergunta n.º 1093/XIV/1.ª (BE) - Cedência de obras de arte ao Grupo Vila Galé.

Na sequência da Pergunta n.º 1093/XIV/1.ª (BE), apresentada por Deputadas do Bloco de Esquerda, que versa sobre a cedência de obras de arte ao Grupo Vila Galé, prestam-se os seguintes esclarecimentos:

Tal como já foi esclarecido pela Senhora Ministra da Cultura na audição havida na Assembleia da República no dia 10 de março de 2020, o Governo tem um, e apenas um, objetivo: devolver à fruição pública em Alter do Chão peças de uma coleção que, até incorporar as reservas do Museu Nacional dos Coches em 2018, sempre esteve em Alter do Chão.

Clarifique-se que, na sequência de um pedido de cedência formulado pelo Grupo Vila Galé relativo a algumas peças da Coleção Rainer Daehnhardt, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) identificou as condições técnicas exigidas necessárias a qualquer cedência e, como lhe competia, notificou-as ao requerente da cedência. Portanto, o Estado recebeu um pedido de cedência e, conforme lhe era exigido, avaliou as condições necessárias para efetivar, ou não, a cedência.

Esclareça-se ainda que, perante as condições que foram comunicadas pela DGPC, o requerente informou de que desistia do pedido de cedência.

Assim, é importante sublinhar que não foi assinado qualquer “contrato” ou “protocolo de cedência” ao Grupo Vila Galé. Logo, o Bloco de Esquerda, ao afirmar que “*o contrato celebrado para a cedência (...) é manifestamente ilegal*”, questionando quando vai o Governo proceder à sua revogação, está a laborar num erro, pois não é possível padecer de ilegalidade nem ser revogada uma cedência que não existe.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA CULTURA

O Ministério da Cultura está agora a trabalhar com a Câmara Municipal de Alter do Chão para instalar, naquele concelho, um centro interpretativo do Cavalo de Alter Real, para aí expor parte Coleção.

Por conseguinte, está a ser prosseguido um objetivo claro: devolver à fruição pública em Alter do Chão uma Coleção que sempre pertenceu a Alter do Chão. Tal não significa desincorporar as peças do Museu Nacional dos Coches, mas sim descentralizar parte da Coleção deste Museu, que esteve dezasseis anos (entre 2002 e 2018) em exposição em Alter do Chão.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Sara Gil